UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

FAED – Centro de Ciências Humanas e da Educação

Processo Seletivo – Edital 001/2021

**Teoria e Prática Pedagógica – Estágio Curricular Supervisionado**

**Padrão de resposta das questões da Prova Escrita**

Item do Edital 001/2021 = 11.8.12. A Banca Examinadora publicará no site do respectivo Centro de Ensino, logo após o término da prova escrita, o padrão de resposta das questões constantes na prova escrita.

**1ª questão: 6 pontos**

Quanto à forma:

* O texto deve ser dissertativo, de caráter descritivo e argumentativo, com o posicionamento claro da/o candidata/o em relação aos itens solicitados na questão. Ênfase para o nível de argumentação e de posicionamento, clareza, objetividade e coerência na exposição de conceitos, argumentos e ideias. É preciso evidenciar fundamentação teórica, consistência argumentativa, capacidade de análise e síntese, criticidade e coesão textual de acordo com a norma culta.

Quanto ao conteúdo:

1. A resposta precisa contemplar que a EI institucionalmente está voltada à inserção das crianças na cultura e à apropriação por elas de conhecimentos básicos, destacando as especificidades do trabalho pedagógico com bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.
2. Precisa também pontuar que as instituições de Educação Infantil, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, devem contribuir com a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada, reduzindo as desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos – enfatizar as questões de a desigualdade de acesso às creches e pré-escolas entre as crianças brancas e negras, moradoras do meio urbano e rural, das regiões sul/sudeste e norte/nordeste e, principalmente, ricas e pobres.
3. É necessário sinalizar que as creches e pré-escolas precisam se constituir como espaços privilegiados para que as crianças possam viver suas infâncias, garantindo que suas conquistas e aprendizados favoreçam a construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas. Que todas as crianças precisam ser respeitadas e acolhidas em suas especificidades e diferenças.
4. Discutir que tempos, espaços e materialidades são elementos curriculares estruturantes, tanto para o trabalho pedagógico, como também para que todas as crianças sejam acolhidas e tenham oportunidade de interagir com as diferenças e diversidade. Além disso, a rotina deve contemplar os tempos próprios das crianças.
5. Em relação ao fluxo curricular para o Estágio, é necessário abranger os seguintes conceitos: criança e infância; docência na EI, eixos curriculares interações e brincadeira; observação, registro e documentação pedagógica, relação creche-família, rotina diária, linguagens e culturas infantis.
6. No que toca ao plano de estágios, é necessário contemplar:

- Inserção no campo de Estágio;

- Apresentação de propostas teórico-metodológicas com coerência interna entre a docência e os modos concretos de viver a infância em espaços coletivos de Educação Infantil;

- Apresentação de procedimentos metodológicos que permitam o diálogo permanente entre objetivos curriculares definidos pelas DCNEI e o processo que compõe a documentação pedagógica.

**2ª questão: 4 pontos**

Com base no referencial bibliográfico indicado acerca do Ensino Fundamental, descreva e argumente, posicionando-se, por meio de um texto dissertativo, sobre:

1. Os princípios orientadores das políticas educacionais e das ações pedagógicas;
2. Os propósitos antevistos para esta etapa da escolarização;
3. As razões pelas quais foi implantado o ensino de nove anos, tendo em vista o direito à educação, a reprovação escolar e a qualidade do ensino.

Quanto à forma:

* O texto deve ser dissertativo, de caráter descritivo e argumentativo, com o posicionamento claro da/o candidata/o em relação aos itens solicitados na questão. Ênfase para o nível de argumentação e de posicionamento, clareza, objetividade e coerência na exposição de conceitos, argumentos e ideias. É preciso evidenciar fundamentação teórica, consistência argumentativa, capacidade de análise e síntese, criticidade e coesão textual de acordo com a norma culta.

Quanto ao conteúdo:

1. Em relação aos princípios orientadores das políticas educacionais e das ações pedagógicas, a resposta deve estar ancorada, sobretudo, no artigo 6º da resolução que Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Necessita contemplar a descrição detalhada de cada um dos três princípios, a saber: éticos, políticos e estéticos e as implicações desses princípios no âmbito das políticas educacionais e das ações pedagógicas. A resposta deve evidenciar as especificidades de cada princípio e as relações que podem ser estabelecidas entre eles, com vistas a empreender políticas educacionais e ações pedagógicas coerentes com tais especificidades. O posicionamento e o nível de argumentação acerca desses princípios e de sua relevância ou não no âmbito das políticas e das ações pedagógicas devem estar claramente expressos na resposta.
2. Em relação aos propósitos antevistos para esta etapa da escolarização, é fundamental que cada um dos quatro objetivos previstos no texto da resolução que Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos estejam claramente descritos. Tais objetivos devem estar articulados de maneira a evidenciar suas especificidades, relevância e complementaridades. A argumentação deve ser fundamentada, assim como o posicionamento da/o candidata/o, de maneira a explicitar o compromisso com uma formação integral e de qualidade social. Poderá ser considerada toda e qualquer problematização no âmbito do não cumprimento de tais objetivos, desde que a argumentação utilizada atenda a exigência descrita no item que se refere à forma (1º item descrito no padrão de resposta).
3. Em relação as razões pelas quais foi implantado o ensino de nove anos, tendo em vista o direito à educação, a reprovação escolar e a qualidade do ensino, é preciso que a resposta contemple, sobretudo, as discussões acerca da qualidade da educação vinculadas à divulgação do baixo desempenho das crianças nas avaliações externas; às políticas de não reprovação anual adotadas por algumas redes de ensino; o vínculo estabelecido entre um ensino de qualidade e as práticas de reprovação e exclusão escolares que penalizam os historicamente excluídos, criando uma falsa ideia sobre a qualidade do ensino. O entendimento equivocado de qualidade como aquela que promove apenas os alunos que conseguem atingir níveis de conhecimentos considerados socialmente aceitos, a despeito da atuação da escola e da condição de vida dos menos favorecidos economicamente.

É importante contemplar a LDB/96 quando estabelece que o dever do Estado com a educação escolar deve ser efetivado mediante, entre outros aspectos, “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (art. 4º, IX). Disso decorre que cada política de Estado para a educação deve considerar o oferecimento das condições para que ela seja efetivada de forma a atingir os objetivos anunciados.

A/O candidata/o deve evidenciar em sua resposta que a partir da implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, o Estado reafirma o Ensino Fundamental como direito público subjetivo, estabelecendo a entrada das crianças de seis anos de idade, garantindo-lhes vagas e infraestrutura adequada. Sobre o aumento do índice de reprovação nos primeiros anos, é importante contemplar ao menos algumas das hipóteses aventadas nas várias pesquisas, dentre elas a de que essas crianças foram reprovadas por falta de qualidade no processo educativo para que elas pudessem avançar em suas aprendizagens e no seu desenvolvimento; a insuficiência dos insumos para que o processo ensino-aprendizagem pudesse atender às necessidades de todas as crianças, promovendo-lhes a aprendizagem; falta de consideração às diferenças e diversidades dessas crianças, por parte das redes de ensino e das instituições. É preciso ter em vista, que para além da não reprovação, é importante que as escolas sejam contempladas com os recursos necessários, e os professores sejam orientados para a realização de um trabalho pedagógico com crianças de 6 anos no ensino fundamental. É necessário conter na resposta o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos; a forma como tem sido tratado o direito ao brincar e o esforço de adequação à disciplina dos tradicionais métodos da escola de ensino fundamental. A discussão sobre a organização e a adequação da rotina da escola de ensino fundamental para as crianças de 6 anos.

Espera-se que a/o candidata/o argumente sobre os aspectos acima elencados, posicionando-se e dessa forma atenda o 1º item (quanto à forma), detalhado no início do presente documento.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2021

Publicado às 14:30h

Banca Avaliadora